



A Argentina vai de “vento em poupa” no comando de Javier Milei. A inflação que tinha números astronômicos, fechou 2025 em 31,5%, seu nível mais baixo em oito anos. É quase um milagre do novo presidente do país vizinho, o que demonstra a eficiência das medidas tomadas pelo mandatário.



Os números preliminares do governo central encerraram 2025 com déficit primário de cerca de 0,01% do PIB. Segundo o ministro da fazenda, o resultado está dentro da margem de tolerância da meta fiscal para o ano e prevê déficit zero para este ano (2026).



O banco mundial reduziu a estimativa para o crescimento da economia brasileira em 2025 e em 2026, mas espera expansão de pelo menos 2% para o PIB do país neste ano e no próximo. Um dos entraves do crescimento é a dívida pública que está em trajetória de alta e a taxa de juros em 15% ao ano.



O dólar, mesmo com o anuncio do aumento do petróleo no mercado mundial, aliado aos movimentos sociais do Irã, continua dentro dos patamares que encerrou o ano passado, ou seja ao redor de R\$ 5,40. Dessa estabilidade rondou todo o ano de 2025 e se mantém estável.



Os brasileiros ficaram menos endividados e menos inadimplentes na passagem de novembro para dezembro de 2025, segundo a CNC. A proporção de famílias com dívidas caiu de 79,2% em novembro para 78,9% em dezembro. Já a fatia de famílias inadimplentes desceu de 30,0% em novembro para 29,4% em dezembro.



O mercado financeiro reviu para baixo as expectativas de inflação para o corrente ano. De acordo com o banco central o ano fechou com o IPCA (inflação oficial) em 4,05%. A meta continua sendo de 3% com intervalo de tolerância de 1,5%, para mais ou para menos.



O reajuste dos beneficiários do INSS, serão feitos pela variação do INPC, que ficou em 3,9%. Assim o salário do benefício e o salário contribuição, a partir de 1 de janeiro de 2026, não poderão ser inferiores a R\$ 1621,00, nem superiores a R\$ 8.475,55.



A presidente da comissão europeia, Ursula Vonder Lexen, anunciou que assinara em 17/01, o tratado de livre comércio com o Mercosul. Após a aprovação do acordo, mesmo com a posição da França, Itália e Irlanda, a documentação segue para ser sancionada pelo Mercosul, após mais de 25 anos de negociações.

Dauter Berlese.

Diretor de Informação do Sinduscon Santa Maria.